

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de J. Catarina Class.: 212 XGR

Data: 06.04.86 Pg.: _____

Indígenas negam venda clandestina de madeira

IBIRAMA — Ao comentar denúncia feita na Assembleia Legislativa pelo deputado Marcondes Marchetti, segundo a qual foi reiniciada a exploração descontrolada de madeira na reserva indígena de Ibirama, o cacique Aristides Faustino Crici, disse estranhar completamente a informação. "O deputado deve saber que a madeira que estamos comercializando é a que está estocada desde janeiro".

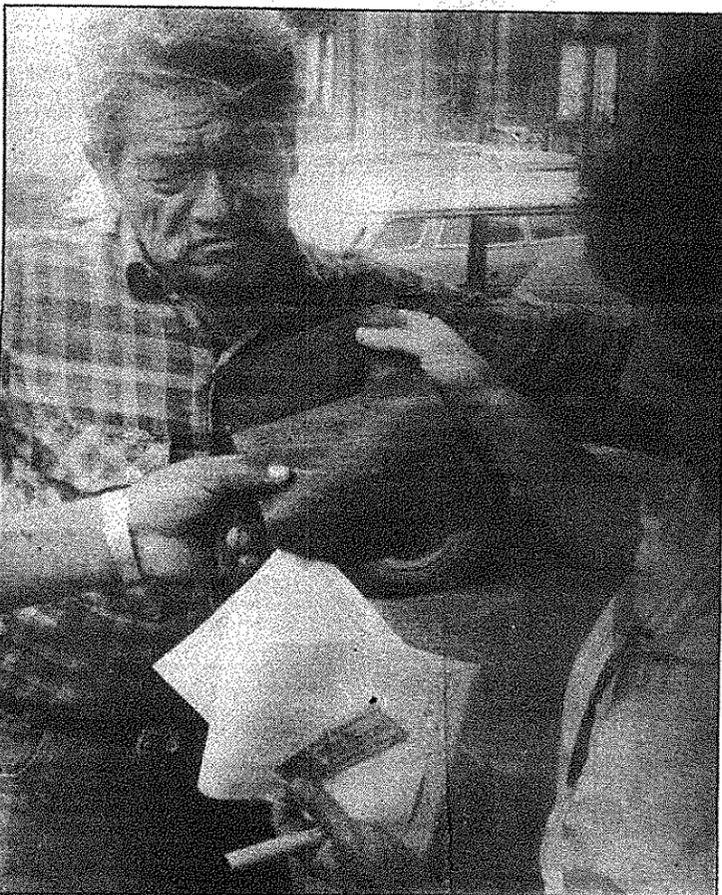
O cacique Aristides diz que "os índios não têm interesse que saia madeira clandestina, pois o preço da clandestina é de 150 cruzados o metro cúbico, e através de leilão estamos vendendo a 738,00 cruzados, podendo até subir mais se quisermos". Acrescenta que a coisa melhorou, em relação ao ano passado, quando ainda era clandestina, mas poderá ser melhor ainda". Espera que com a venda dessa madeira, que foi leiloada e que ainda está sendo retirada pelas empresas, serão feitas muitas coisas na comunidade, com instalação da luz elétrica, igreja, escola e outras coisas de que a comunidade precisa. Aristides planeja que, com o resto do dinheiro, "que já está no banco", as famílias da reserva comprarão roupas, alimentos remédios, sapatos e outras coisas. O cacique observa que esse dinheiro serve para a compra de gasolina, pois como a Funai manda médico somente duas vezes por ano de Curitiba para atender os índios, quando tem criança doente ou mesmo o resto da comunidade, precisamos estar em Ibirama, e isso custa dinheiro".

Segundo o cacique Aristides, "o IBDF poderá vir à reserva a qualquer hora que quiser, sem nos avisar, que está tudo em dia, tudo bem controlado". O cacique considera, a posição da Funai neutra, pois não atrapalha, mas não ajuda, somente dá apoio ao que estamos fazendo".

Finalizando, o cacique Aristides Crici considera que o que está havendo é tudo um jogo de interesses. É uma mentira política, pois agora todo mundo fica fazendo denúncias, mas antes, ninguém vinha aqui ver de perto como a coisa funciona, e ver que os índios, que são mais de 760 nesta aldeia, estão se organizando e colaborando com o IBDF.



A madeira que está sendo comercializada obedece ao leilão.



O cacique Aristides Crici nega a venda clandestina de madeira.

Fiscalização do IBDF seria mais eficaz

Segundo funcionários da Prefeitura Municipal de Ibirama e que fazem a fiscalização da entrada de caminhões na reserva, o esquema montado para impedir a saída de madeira clandestina só não é mais eficaz porque o IBDF retirou o seu pessoal e os automóveis que estavam à disposição da prefeitura de dentro da reserva indígena depois que Cosme Pollezzini saiu do IBDF. Segundo estes mesmos elementos, "como este órgão está acéfalo e tudo é uma questão de política, não foram cumpridas várias cláusulas acertadas ainda quando a prefeitura de Ibirama assumiu o controle da retirada da madeira. Dessa forma, falta de recursos está dificultando nosso trabalho, e se o IBDF não tiver uma participação maior e não dispor de recursos e pessoal, o prefeito Luiz Muller abrirá mão de qualquer fiscalização, porque não existirá possibilidades para tal".

Segundo este funcionário, a medida foi acertada esta semana, quando representantes do IBDF estiveram na região fazendo um levantamento da atual situação da reserva e

do esquema utilizado para a sua fiscalização.

A DERRUBADA DIMINUIU

Para entrar na reserva, o caminhoneiro mais seus auxiliares, no máximo quatro, são obrigados a portar uma identidade, com nome e autorização fornecida pela prefeitura. Ao retornarem à saída do posto indígena, seus documentos são apresentados de novo, bem como a madeira que vão carregando é medida e computada àquela já retirada do local anteriormente, pois cada empresa tem uma cota estabelecida. Até o momento, 15 firmas madeireiras estão retirando madeira de dentro da reserva e que fazem parte dos lotes leiloados no início do mês de janeiro, esta madeira está estaleirada dentro das reservas e cada empresa tem direito a ter dois tratores para retirá-la. As empresas que já retiraram todo o seu estoque de madeira, devolvem ao posto do IBDF, todos os documentos e passes de entrada na reserva, ficando sem permissão para lá retornarem.

No entanto, conversando com outras pessoas, menos ligadas ao setor, e que moram perto das estradas de acesso à reserva afirmam que o movimento diminuiu e "que está difícil

de entrar na reserva, pois os índios agora estão muito exigentes e não vendem mais madeira por fora".

Outro morador que fica perto da estrada afirma que pelas entradas oficiais, a retirada está sendo feita de maneira certa, "mas como o mato tem muita saída, pode até ter gente tirando madeira clandestina, mas deve ser pouca, porque as estradas são ruins e têm muita pirambeira".

Finalizando, ouvimos um índio que faz parte da comunidade, e segundo ele, "a maioria das denúncias que estão sendo feitas servem para usar o índio, e é tudo política, mesmo assim, por uma questão de sucessão, aqui dentro da reserva existem alguns índios descontentes, porque perderam a liderança e como não podem mais vender madeira para os particulares, ficam inventando fofoca".

Marquetti prevê o fim da reserva em 3 anos

BLUMENAU — O deputado Marcondes Marquetti, que vem levantando na Assembleia Legislativa a questão, admitiu ontem que "não há mais como impedir a exploração de madeira na reserva indígena de Ibirama". Justificou-se argumentando "os índios têm como única fonte de recursos para sua sobrevivência a comercialização da madeira, enquanto que os brancos da região necessitam da madeira, que na média é de



Marquetti teme o desmatamento

excelente qualidade, como matéria-prima". Marchetti, no entanto, acha que a exploração deve ser racionalizada e "para isso é fundamental a permanência do IBDF na área".

Para o deputado peemedebista, com a desistência do IBDF em fiscalizar o corte e venda de madeira, foi colocada em risco a sobrevivência dos índios — "o dia em que todas as árvores forem cortadas eles não terão mais como conseguir recursos para viver" — e o equilíbrio ecológico do Vale do Itajaí. Marchetti considera que uma previsão de extinção da reserva para dentro de 3 a 5 anos não é exagerada. "Minha luta como político e cidadão de Ibirama, daqui para frente, será no sentido de os órgãos competentes, especialmente IBDF e Funai, racionalizarem a exploração da madeira, promovendo inclusive seu replantio", afirmou.

Vereador classifica de "ato criminoso"

BLUMENAU — Classificando como "ato criminoso" o vereador Loharstein, protestou na Câmara contra o desmatamento que continua sendo feito na reserva indígena Duque de Caxias em Ibirama, com graves reflexos em todo o Vale do Itajaí.

Para o líder do PFL, "o desma-

tamento e feito por madeireiros da região e certamente com autorização do IBDF e Funai, pois caso contrário a derrubada não seria tão grande". Segundo o vereador "sem contar o sério problema que está sendo causado aos indígenas, que em pouco tempo serão abandonados à sua pró-

pria sorte, também devemos nos preocupar com o reflorestamento das matas derrubadas, principalmente nas cabeceiras dos rios, pois caso contrário as barragens, a retificação e o desassoreamento dos nossos rios e ribeirões, pouco vão representar na solução para o problema das cheias".